

Vol 6 Issue 12 Sept 2017

ISSN No : 2249-894X

---

*Monthly Multidisciplinary  
Research Journal*

*Review Of  
Research Journal*

Chief Editors

---

**Ashok Yakkaldevi**  
A R Burla College, India

**Ecaterina Patrascu**  
Spiru Haret University, Bucharest

**Kamani Perera**  
Regional Centre For Strategic Studies,  
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

### Regional Editor

Dr. T. Manichander

### Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinteau Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [ M.S. ]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMAR LAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V. MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
Awadhesh Kumar Shirotriya	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S. KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept. English, Government Postgraduate College , solan

More.....



## LAZER E AGRICULTURA FAMILIAR: NOVOS PARADIGMAS DE SUBSISTÊNCIA COM SUSTENTABILIDADE

### Leisure and family agriculture: New paradigms of subsistence with sustainability

Águida Meneses Valadares Demétrio<sup>1</sup> and Rita Maria dos Santos Puga Barbosa<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2017);

<sup>2</sup> Pós-doutora em Educação Física pela UFSC; Doutora em Educação Física pela UNICAMP; Mestre em Ciência de Alimentos; e em Educação.

#### ABSTRACT

**T**he possession of the land is a topic that brings us back to the beginnings of humanity due to the needs for shelter and production. In Brazil, laws are written to assimilate the government procedures such as social needs, in what turns to land factors, subsistence, and productivity. This "possession of the land", for innumerable individuals only can be materialized from governmental intermediation through public policies aiming the creation of rural settlements with incentives to family agriculture. In another parameter, a sociology of leisure shows its experience and is productive because it has your relevance not related to the quality of life. In this productive aspect, we detected in the master's degree research that the TarumãMirim settlement project allows the "cultivation" of a product if that well manipulated it does not pollute, not degraded, it does not contaminate, provides sustenance for those who "cultivate" it. It is pleasure for those who consume it. The preservation of the environment and valorization of sustainability: commercial leisure in that settlement. Research and discovery, the collection of data through participatory observation showed evidenced proofs that family farming and leisure can generate new socioeconomic forms. Commercializing the renewal of emotions as a negotiable commodity within a settlement project without breaking the rules stipulated by the State.



**KEYWORDS:** Rural settlement. Environmental preservation. Productivity. Ecological marketing.

#### 1 INTRODUÇÃO

O Amazonas responde por aproximadamente 20% da água doce do planeta, e seus principais rios são: Negro, Solimões (após junção, Amazonas), Madeira, Juruá, Purus, Içá, Uaupés e Japurá, conforme dados da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (BRASIL/SUDAM, 2012). Também é o estado mais preservado do país, com 92,84% do seu bioma e remanescente florestal, de acordo com o mapeamento do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL/MMA, 2005) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (BRASIL/SEMA, 2015). Aliados a esse universo verde estão também outros rios (Canumã, Jutai, Preto da Eva, Urubu, Xingu etc.), lagos (Encantado, Jucuruí, Verde, Acarituba, Pungá etc.) e igarapés (Mindu, Tarumã-Açu, Tarumã-Mirim etc.), componentes indispensáveis que marcam o contato inesquecível com a maravilhosa natureza amazônica (BRASIL/SEMA, 2015). Este "paisagismo" líquido, corrente, negro, turvo ou barrento forma caminhos suaves, percorrendo distâncias, interligando comunidades, transportando bens materiais, fomentando sonhos de ir ou voltar. Próximo ou longe, há também o manto verde que se sustenta sob e sobre o solo, em simbiose harmônica

com as diversas espécies existentes, instigando os homens a olharem-no com consciência, mostrando-lhes o seu valor “em pé”, e não caído.

Na história do município de Manaus, consta que, a partir de 1877, o Amazonas, como alternativa de sobrevivência, recebeu migrantes atraídos pelas perspectivas de enriquecimento fácil, fixando-se quase sempre nas áreas periféricas às margens dos igarapés (WITKOSKI et al., 2011). Essas regiões, às quais foi possível a preservação ambiental, se transformaram em pontos turísticos, tendo como elemento chamativo a água, a propiciar o mergulho refrescante ou o apreço ao ócio e à contemplação. Porém, com o avanço da metrópole, diversas localidades do município se degradaram, devido ao descuido do poder público, mas também à falta de conscientização e de educação ambiental por parte da população, esquecida de que essas mesmas águas que está poluindo são também fonte de lazer e prazer. Mais afastados das áreas urbanas de Manaus, alguns igarapés escaparam da poluição das suas águas e da degradação das suas margens, mantendo o seu manto verde. É o caso do projeto de assentamento Tarumã Mirim, na zona rural de Manaus – não em sua totalidade (BRASIL/MMA, 2005), porém na sua maior parte. Nesse ambiente mítico, onde o silêncio também conta a sua história, alguns assentados “escutaram” a voz da floresta e substituíram o machado, a motosserra e a caixa de fósforos por um cultivo mais sustentável: o turismo de cercania.

Mesmo de forma tímida, sorrateira, simplista, distante do turismo elitista que demanda recursos elevados, os “comerciantes do lazer” daquele assentamento têm como clientes cativos os “turistas de fim de semana”, que se achegam àquele ambiente rústico em busca de diversão e relaxamento. Ambos aprenderam(e persistiram) na capacidade de escutar a natureza e dela tirar proveito, sem agredi-la, cultivando seu atributo imaterial, ofertando ao público-alvo – o turista de cercanias – o lazer. Nesses dois polos estão, de um lado, os clientes, geralmente residentes da área metropolitana, a usufruir o lazer, do outro lado, os “comerciantes do lazer”, empreendedores que ofertam esse lazer como mercadoria.

A categorização “comerciantes do lazer” provoca controvérsias porque, pelos aspectos norteadores da legislação que rege os assentamentos rurais, tal categoria se encontra na contramão do que preconiza a lei, por “nada produzirem”, já que não estão inseridos na produção primária do cultivo ou do criatório, que identifica a agricultura familiar. Porém, pela visão de diversos assentados, bem como pelos aspectos da teoria defendida pela sociologia do lazer, no que tange ao lazer e à produtividade, o referido possui a sua relevância (DUMAZEDIER, 1973; ELIAS e DUNNING, 1992; MATOS, 2015; AGUIAR, 2000), contribuindo com a qualidade de vida e a produtividade física e mental. A legislação é clara quanto ao direito ao lazer, inserido na Constituição Federal, porém também muito clara sobre o uso da terra, nas Instruções Normativas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Entre direitos e normatizações, existe o projeto de assentamento Tarumã Mirim a instigar o lazer e a demandar produtividade, impulsionando assentados e visitantes a enxergarem aquele assentamento além da enxada ou aquém da assinatura em um decreto, porque ele se constitui de peculiaridades que valem a pena conhecer, apreciar e divulgar.

Ao iniciarmos a pesquisa para a seleção do mestrado, deparamo-nos com a vertente dos “comerciantes do lazer” a nos instigar às mostras de que o lazer, interligado à agricultura familiar e dentro de um projeto de assentamento, formava elos que mereciam maiores investigações. A Organização Mundial de Turismo (OMT) explana sobre duas tendências mundiais: a primeira sendo a procura por destinos turísticos ecologicamente corretos e planejados, em que as viagens deixarão de ser motivadas, apenas, para uma experiência de descanso; e a segunda, para o enriquecimento cultural.

O estado do Amazonas possui condições competitivas neste âmbito, por sua localização privilegiada em meio à maior floresta tropical do mundo, com rica diversidade ecológica e cultural (WITKOSKI et al., 2011). Nos aprofundamentos da coleta e posteriormente nas análises dos resultados, verificamos que o projeto de assentamento Tarumã Mirim possui potencialidades para atender à demanda turística daqueles que se enquadram nessas duas tendências mundiais.

O referido projeto de assentamento possui aspectos que o tornam peculiar em diversas vertentes se adequando ao lazer econômico, a citar: abundância de águas (conforme Figura 1); proximidade a um grande centro urbano (Manaus); e exuberante fauna e flora, presentes na vegetação primária ainda existente. Nessas imbricações de lazer como trabalho, com a preservação dentro de um assentamento rural, pelos aspectos da

agricultura familiar, detectamos características ecologicamente produtivas, por contribuir para propiciar qualidade de vida e sustentabilidade aos indivíduos, em dois polos da cadeia: a quem usufrui desse lazer e a quem o comercializa. Na pesquisa realizada para o mestrado, adotamos como amostragem a comunidade Afatam, composta por 85 lotes, dentro do referido assentamento.

Em virtude de a pesquisa original para o Mestrado ser etnográfica, e a etnografia ter como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente, mediante a utilização de procedimentos em profundidade e a observação por um tempo acentuado (MALINOWSKI, 1978), residi durante seis meses continuados dentro do projeto de assentamento Tarumã Mirim, estabelecendo relações, catalogando e transcrevendo fatos, observando as tradições, costumes, produtividade e lazer dos assentados e moradores daquela região, e, mediante tais observações, construí um amplo diário de campo.

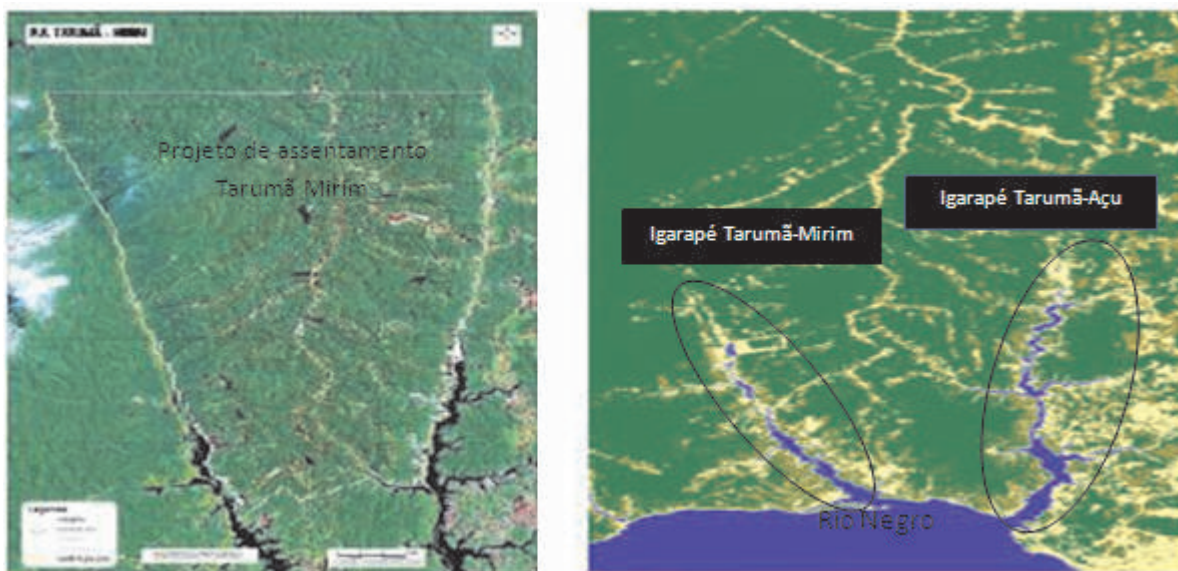
Na pesquisa etnográfica, Malinowski (1978, p. 31) recomenda ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo, tomando parte nas atividades e passeios, ou sente-se com os sujeitos de pesquisa, ouvindo-os e participando das suas conversas. Se a etnografia é uma descrição densa e os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição, então a questão determinante é fazer as transcrições de forma concisa e minuciosa, tentando salvar o “dito” (GEERTZ, 2008, p. 12-15) no discurso, diferenciando as diversas interpretações das piscadelas<sup>3</sup>, porque às vezes o “dito” o é dito de forma que não representa a realidade vivenciada, instigado somente pelo momento da entrevista.

A coleta de dados para a pesquisa da Dissertação foi realizada no período de seis meses consecutivos, coleta de dados através de entrevistas e complementada através da técnica da observação participante. Os critérios de inclusão foram: ser proprietário do lote, maior de 18 anos, concordar em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Tal pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ética, através do CAAE 51295515.9.0000.5020 e número de parecer 1.350.135, de 03 de dezembro de 2015.

## 2.O PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM

O projeto de assentamento Tarumã Mirim foi criado em 1970 e, com o decorrer do processo, foi subdividindo em diversas comunidades. Do ramal principal (Ramal do Pau-rosa) abrem-se as vicinais, que adentram o território rural. O nome que deu origem ao ramal principal derivou-se da atividade da retirada da madeira pau-rosa, no Km 30 do referido ramal, para a extração do óleo e da própria madeira, nativa e abundante na época da criação do assentamento, porém praticamente extintanos dias atuais, salvo poucas unidades em alguns lotes. Ainda há a usina (desativada), onde se extraía o óleo (muito utilizado na indústria de cosméticos) e a madeira (de lei, nobre, devido à sua boa qualidade, aroma e beleza).

O acesso ao referido assentamento pode ser realizado via terrestre através do Ramal do Pau-rosa, estrada secundária à altura do Km 21 da BR-174 (sentido Manaus-Boa Vista), e via fluvial pelo rio Negro através do igarapé Tarumã Mirim, a sudoeste, e do igarapé Tarumã-Açu, a noroeste. Limita-se ao norte e ao sul com terras da União de competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, conforme Pinto e Carvalho (2007). Possui uma área de 42.910,76 ha, com capacidade para assentar 1.042 famílias, porém existe uma quantidade superior à estipulada, por haver, em diversos lotes, mais de uma família lá residindo.



**Figura 1 – O rio e os igarapés que delimitam o projeto de assentamento Tarumã Mirim**

FONTE: <[https://www.google.com.br/search?q=bacia+hidrogr%C3%A1fica+do+rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am&biw=1517&bih=714&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwitlbyGsYXOAhVlkpAKHbBzDAGQ\\_AUIBygC&dpr=0.9#tbm=isch&q=rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am+e+projeto+de+assentamento+taruma+mirim&imgcr=\\_>](https://www.google.com.br/search?q=bacia+hidrogr%C3%A1fica+do+rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am&biw=1517&bih=714&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwitlbyGsYXOAhVlkpAKHbBzDAGQ_AUIBygC&dpr=0.9#tbm=isch&q=rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am+e+projeto+de+assentamento+taruma+mirim&imgcr=_>)>

Para a pesquisa original do mestrado foram catalogados 70 lotes, distribuídos em três subcategorias econômicas: 29 produtivos, 27 de subsistência, 14 improdutivos, de acordo com as classificações econômicas de Guanziroli et al. (2001). Ainda em conformidade com Guanziroli et al. (2001, p. 75), os agricultores familiares classificados como produtivos são aqueles em que a produtividade comercializada a terceiros excede R\$ 3.000,00 anuais, adequando-se em quatro escalas diferenciadas: primeira escala, entre R\$ 3.000,01 e R\$ 8.000,00 a.a.; segunda escala, entre R\$ 8.000,01 e R\$ 15.000,00 a.a.; terceira escala, entre R\$ 15.000,01 e R\$ 27.500,00 a.a.; e quarta escala, acima de R\$ 27.500,00 a.a. Produtividade comercializada anualmente abaixo de R\$ 3.000,00 é classificada como de subsistência.

### 3. ENTENDENDO A AGRICULTURA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está relacionada a diversas áreas do desenvolvimento rural. Consiste em uma forma organizacional das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril etc., gerenciadas e operacionalizadas por famílias e predominantemente dependentes de mão de obra familiar, conforme Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos, destacando-se em diversas culturas. No Brasil, apesar da percepção de que a agricultura familiar esteja geralmente associada a formas primárias de produção, devido ao uso de enxadas, foices e rastelos em vez de tratores e colheitadeiras, ela responde por 50% da produção de aves, 48,6% da produção de milho, 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão e 59% do plantel de suínos, de acordo com o Censo Agropecuário 2006. Observamos que a agricultura familiar é responsável por diversos alimentos que compõem a cesta básica da população brasileira<sup>4</sup>, mesmo que as áreas destinadas à produtividade sejam pequenas<sup>5</sup> (LEITE et al., 2004), a mão de obra disponibilizada seja somente familiar e, muitas vezes, sejam utilizadas técnicas rudimentares, por não possuírem recursos para investir em maquinários.

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural, de acordo com a Lei 11.326, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da

própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Apesar de o item III atestar que a renda familiar poderá advir de “atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento”, possibilitando-se assim qualquer atividade (lícita) praticada – não somente cultivo, criatório ou extrativismo –, as atividades tradicionais são as que possibilitam a elaboração de projetos que se vinculam aos subsídios disponibilizados pelo governo, nas normatizações à agricultura familiar nos projetos de assentamentos rurais. Devido ao exposto, ao nos depararmos com agricultores familiares, dentro de um assentamento rural, desenvolvendo a atividade de “comercialização do lazer”, tal fato nos instigou aos aprofundamentos acerca da “mercadoria-lazer”, sendo tal atividade o complemento financeiro, ou mesmo a única fonte de renda, de alguns assentados.

#### 4. O BALNEARISMO COMO TRABALHO NO LAZER

A balneabilidade é a capacidade que um local tem de possibilitar o banho e atividades esportivas em suas águas; essa capacidade pode transformar-se em trabalho, modificando o seu “produto genuíno” em mercadoria. Essa modalidade de turismo é dedicada ao descanso por meio da água, na modalidade do turismo rural (OLIVENCIA, 1994, p. 171), atendendo ao apelo ao lazer.

Pelas concepções de Marx (2014b, p. 21), o valor de uso da mercadoria baseia-se na sua qualidade própria: se ela é para beber, para comer ou para se divertir. Portanto, essa qualidade é determinada para satisfazer uma necessidade. No mundo antigo, essa ideia só surgiu no momento de decomposição da ordem social orgânica e, no mundo moderno, com o desenvolvimento da produção capitalista. A partir dessa possibilidade, o balnearismo é o usufruto do lazer em águas adequadas que, transformado em mercadoria, modifica sua função, de produto, quando atende somente às necessidades pessoais do proprietário, para o aspecto mercadológico, porque se transforma em mercadoria negociável, com valor econômico.

Marx (2014b, p. 152) relata que a matéria, quando perde sua antiga forma, passa da antiga vida, na qual morre e renasce para a nova vida. As águas nas propriedades dos assentados no Tarumã Mirim não sofrem transformações físicas ou químicas ao mudar a sua função; a água permanece sendo água, porém modifica-se na sua forma imaterial, de produto para mercadoria, com o seu valor de uso socioeconômico<sup>6</sup>. Marx (1990, p. 204) informa que o produto só se torna valor de mercadoria no contexto de determinadas relações sociais.

Na medida em que esse caráter social de seu trabalho se apresenta como caráter social impresso em seu produto, este trabalho produz mercadoria, conseqüentemente este trabalho humano produz valor de uso social. Enfim, nenhum objeto pode ter valor se não for uma coisa útil, e essa utilidade pode ser observada quando proporciona bem-estar, realização, satisfação, atendendo às necessidades apresentadas.

Nesse contexto de uso social e utilidade, podemos analisar o lazer como produto útil, porque nos remete às manifestações de bem-estar e qualidade de vida (saúde, bem-estar físico, mental e emocional), originado da água e da terra, que, neste estudo, se refere ao Tarumã Mirim. Ao transformar água e solo em elementos a possibilitar o balnearismo como mercadoria, os parâmetros ecológicos estão sendo observados, a partir da consciência ambiental. A “comercialização do lazer”, no aspecto socioeconômico, gera produtividade com sustentabilidade, e o projeto de assentamento Tarumã Mirim pode reverter sua condição de degradador do ambiente, em algumas áreas, para uma região ecologicamente correta.

#### 5. PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR: NOVOS PARADIGMAS DE SUSTENTABILIDADE

As matas amazônicas constituem, segundo Batista (2007, p. 147), uma vegetação portentosa; no entanto, repousam sobre solos muito pobres em nutrientes. O solo é recoberto por massa de matéria orgânica constituída, quase totalmente, pelo corpo das próprias plantas. No momento em que o manto verde for removido, nada mais impedirá que o húmus acumulado, e que é renovado continuamente enquanto houver floresta, seja carregado para os rios pelas chuvas torrenciais (ibidem, p. 149), o que equivale a analisar que o solo está vivo enquanto a floresta existir. Com a remoção da mata, ele morrerá e desaparecerá. Isto não quer dizer que a floresta seja intocável; afinal, sendo constituída de organismos vivos, não pode permanecer

indefinidamente intocada, havendo a necessidade de ser racionalmente cortada e substituída, para garantir a sua permanência (ibidem, p. 145); no entanto, brocar, derrubar e queimar empobrece o solo e o homem que vive da vida do solo.

A agricultura praticada por meio de técnicas rudimentares, utilizando o método de queimadas, empobrece rapidamente o solo e compromete a qualidade das águas superficiais, por haver relação entre a água e a cobertura vegetal na bacia hidrográfica, conforme relata o estudo da Agência Nacional de Águas (BRASIL/ANA, 2012, p. 212). A remoção da cobertura vegetal sem a devida adoção de técnicas adequadas para a conservação do solo pode promover erosão, provocando a degradação e causando o carreamento de sedimentos para os corpos d'água. Esses processos de degradação podem estar associados a erosões, fertilizantes e agrotóxicos, que, se aplicados sem o devido controle técnico, causam o assoreamento, comprometendo a qualidade das águas.

Dados do INCRA (1999) comprovam que os pequenos agricultores da região do projeto de assentamento Tarumã Mirim utilizam a prática da queimada para o preparo da terra, comprometendo principalmente as áreas próximas aos cursos d'água. Tão logo a área se encontra degradada, há derrubada e queimada em outra área, para o prosseguimento ao cultivo. A terra tem boa textura física, com elementos apreciáveis da microfauna e microbiológicos (fungos e bactérias), segundo os estudos de Batista (2007, p. 296), porém é pobre do ponto de vista químico, por possuir poucos nutrientes para oferecer às plantas.

O projeto de assentamento Tarumã Mirim permanece adequando-se perfeitamente a este diagnóstico, como reconfirmado na nossa entrevista com o engenheiro do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) e também nas comprovações in loco quando acompanhamos o trabalho de campo dos técnicos do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM) dentro do assentamento quando da pesquisa de campo para a dissertação de mestrado, e ainda na revisão bibliográfica da obra de Bezerra (2010).

## 6. RESULTADOS DA PESQUISA

Ao disponibilizar a terra para transformá-la em “produtiva” em um projeto de assentamento, a sequência natural desse processo é “desmatar para plantar”. Porém, na amplitude das observações no mestrado, detectamos que o lazer também é produtivo: o sujeito (assentado) olha o objeto (a terra) e dela capta uma nova função. Ora, a natureza preservada irá valer-lhe mais que ela desmatada. Isto instiga, estimula e exige atitudes e mudanças de comportamento em prol do ambiente.

Enquanto o mundo clama por preservação ambiental, caberá ao Estado enxergar além das normatizações de que assentamento é para cultivar somente alimentos. Para tal, o órgão gestor necessita ampliar o seu olhar para além do cultivo da mandioca ou da criação de peixes, bem como modificar o conceito de “fiscalizar”, e romper com os paradigmas de que os assentamentos rurais são propícios somente ao cultivo ou criatório, e observar o “filão” que se estende a céu aberto (ou à floresta cerrada), e fazer nascer um “novo mundo amazônico”, onde o lazer pode ser tanto um produto quanto uma mercadoria, e aproveitar as peculiaridades que compõe o Tarumã Mirim.

O decorrer das observações participantes instigou-nos a um olhar sem preconceitos para o âmbito do lazer, quer pelo lado social, quer pelo lado comercial, quer pelas contribuições pertinentes à qualidade de vida do indivíduo, levando “lucratividade emotiva”. Por mais que busquemos entender os “antagonismos” e as “complementaridades” que interferem no uso dos lotes, cremos ser válido rever as sincronias entre a definição dos assentamentos – “terra para produzir” e “delimitação do homem na terra em condições produtivas” – e trazer à luz da atualidade as peculiaridades do projeto de assentamento Tarumã Mirim, adequando-o em conformidade com o que ele “é” e não com o que ele “deveria ser”, e dessa realidade proporcionar produtividade, seja advinda do lazer, seja das “mercadorias-lazer”, mostrando “o que poderá vir a ser”.

O “braço governamental” necessita romper essa lacuna existencial e estender o seu “olhar” para as novas “possibilidades produtivas” do Tarumã Mirim, investindo em capacitações para ecoturismo. Nesse aspecto, o Amazonas é deficitário, mesmo possuindo um “canteiro natural” para a produção do lazer comercial. Ademais, em todos os meses durante os quais decorreu a pesquisa de campo, em acompanhamentos aos



técnicos que ministram cursos e em diálogos com os assentados em diversas comunidades no Tarumã Mirim (e não só na comunidade Afatam), não foi detectado nenhum curso, instrução ou orientação para o tópico “turismo”. O foco incentiva somente o cultivo ou o criatório.

## CONCLUSÕES

Enquanto as nações evidenciam a sustentabilidade através da preservação ambiental, torna-se adequada a quebra de paradigmas no âmbito do projeto de assentamento Tarumã Mirim a incentivar a produção de “mercadoria sustentável”, que é a comercialização do lazer naquela região, promovendo o balnearismo, levando sustentabilidade aos assentados e satisfação aos clientes, que buscam diversão em localidade próxima a Manaus. A mudança de conceitos preestabelecidos de que assentamentos rurais são destinados somente ao desenvolvimento agrícola, pastoril ou pesqueiro que nos mostra essa nova visão de mercado. As vertentes que se apresentam evidenciam que, em qualquer âmbito vivenciado pelos assentados, ao “dialogar com a natureza” respeitar o solo e a água, o assentamento responde com produtividade, direta (cultivo) ou indiretamente (comercializando ou apreciando o lazer). Confirmando a dialógica do tema, as duas vertentes não se anulam, pois possuem suas benesses e entraves, ora complementando, ora antagonizando, representando a complexidade e a peculiaridade do Tarumã Mirim.

Respondendo ao questionamento inicial que instigou a pesquisa: O lazer e a agricultura familiar são complementares ou antagônicos nos aspectos socioeconômicos no projeto de assentamento Tarumã Mirim? Ao analisarmos pelo “olhar duro” das normatizações governamentais, o lazer no Tarumã Mirim é antagônico, porque não remete a cultivar, plantar, colher e comercializar suas produções. Ao analisarmos pelo olhar “capitalista” daqueles que se beneficiam das contribuições dos “assentados do lazer”, o lazer é complementar. Ao analisarmos através de um “olhar amplo”, segundo o qual o lazer é benéfico à saúde dos indivíduos e também pode ser uma “mercadoria produtiva”, contribuindo inclusive para a preservação ambiental, é também complementar, porque a produtividade está além do brocar, arar, plantar e colher.

Para que o Tarumã Mirim expanda seu processo produtivo, adequando-se à sua realidade peculiar, torna-se necessário divulgar que possibilidades produtivas estão além do cultivo, coleta e criatório, porque possui a matéria-prima essencial – água, natureza exuberante, proximidade a Manaus – em uma formatação que não desvirtua as possibilidades da agricultura familiar, mas abarcando também mais esse nicho comercial. Administrar o lazer como mercadoria demanda sutileza; o cultivo à terra demanda correções do solo, investimentos e insumos. Mediante ao exposto, concluímos que o Tarumã Mirim possui novas formas produtivas, além da foice, do machado e da caixa de fósforos.

Enxergar um cipó, um tronco de madeira, o chilrear dos pássaros, as curvas do leito dos igarapés são mais do que avistar minúsculas particularidades da natureza; mas elementos primordiais a instigar a renovação das emoções daqueles que compram espaços e momentos de lazer como mercadorias que lhes proporcionam qualidade de vida, ou daqueles que dependem da subsistência na terra, para o seu cultivo ou criatório, porque, em ambos, a natureza preservada é a maior ferramenta a direcionar o trabalho e o lazer.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. F. Lazer e produtividade no trabalho. Revista Turismo em Análise, USP, 11 (2):111-1, 24 nov 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63522/66265>>. Acesso em: 13 jun 2016.
- AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Água para todos no Amazonas. Publicado em 24 mai 2015. Disponível em: <<http://www.meioambiente.am.gov.br/>>. Acesso em: 17 ago 2016.
- AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Amazonas Turismo. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/turismo/>>. Acesso em: 13 mar 2016.
- BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia – análise do processo de desenvolvimento. 2.ed. Manaus: Valer, Edua e INPA, 2007.
- BEZERRA, Eron. Amazônia, esse mundo à parte. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.
- BRASIL. Agência Nacional de Águas (ANA). Panorama da qualidade das águas superficiais do Brasil, 2012. Disponível em :

- <[http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/Panorama\\_Qualidade\\_Aguas\\_Superficiais\\_BR\\_2012.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/Panorama_Qualidade_Aguas_Superficiais_BR_2012.pdf)>. Acesso em: 31 out 2016.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sds\\_dads\\_agroextra/\\_arquivos/familia\\_censoagro2006\\_65.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/familia_censoagro2006_65.pdf)>. Acesso em: 25 fev 2015.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim, Manaus, 1999. Disponível em: <<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf>>. Acesso em: 28 ago 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 25 mar 2014.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Levantamento e mapeamento dos remanescentes da cobertura vegetal do Bioma Amazônia, no período de 2002, na escala de 1:250.000. Coletânea dados 2005. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/\\_arquivos/Cobertura%20Vegetal%20%20Amazonia.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/Cobertura%20Vegetal%20%20Amazonia.pdf)>. Acesso em: 19 ago 2016.
- BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Programa de Integração Intrarregional da Amazônia. Diagnósticos e Projetos. Publicado em 2012. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/conteudo/destaques/arquivos/Estudo-Tecnico-Integracao.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2016.
- CARVALHO, J. S. Caracterização hidrogeológica da região a norte da cidade de Manaus, com base em informações geofísicas (resistividade elétrica), geológicas e geomorfológicas. Tese (Doutorado em Clima e Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Clima e Ambiente, Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Manaus, 2012.
- DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ELIAS, N; DUNNING, E. A busca da excitação. Rio de Janeiro: Difel, 1992.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENOURT, G. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. Impacto dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2004.
- MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K. O capital. Resumo literal condensação dos livros 1, 2 e 3. Belo Horizonte: Novos Rumos, 1990.
- \_\_\_\_\_. A origem do capital: a acumulação primitiva. São Paulo: Centauro, 2014.
- \_\_\_\_\_. O capital (compêndio). São Paulo: Hunterbooks, 2014.
- MATOS, G. C. G. Ethos e figurações na hinterlândia amazônica. Manaus: Valer/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), 2015.
- OLIVENCIA, Yolanda Jiménez. Relaciones entre turismo y agricultura en zonas rurales de montaña. El caso de la alpujarra granadina. In: Desarrollo regional y crisis del turismo en Andalucía. Actas. Simposio hispano-francés, 1994. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=bpPPcwvitCAC&pg=PA328&lpg=PA328&dq=el+balnearismo&source=bl&ots=k9abjXm7L5&sig=-ynzAyuCbZ9VoarYDcBUEAf6FdK&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi-9ryJ7prTAhVCy1QKHboQAAIQ6AEILzAD#v=onepage&q=el%20balnearismo&f=false>>. Acesso em: 10 abr 2017.
- PINTO, W. H. A; CARVALHO, A. S. Geoprocessamento aplicado a análise físico-territorial da área do Tarumã – AM. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3003-3009. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim. Manaus, 1999. Disponível em: <<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf>>. Acesso em: 28 ago 2015.

WITKOSKI, A. C. (Coord.); FRAXE, T. J. P.; SOUZA, D. S. R.; CAVALCANTE, K. V. Relatório analítico território rural Manaus e entorno – Amazonas. Publicado em set 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra044.pdf>>. Acesso em: 19 ago 2016.

## RESUMO

*A posse pela terra é tópico que nos remete a primórdios da humanidade, pela necessidade do abrigo e da produção. No Brasil, leis são redigidas para assimilar os trâmites governamentais quanto às necessidades sociais, no que concerne aos fatores terra, subsistência e produtividade. Essa “posse à terra”, para inúmeros indivíduos, só se concretiza a partir da intermediação governamental, por meio de políticas públicas, visando à criação de assentamentos rurais, com incentivos à agricultura familiar. Em outro parâmetro, a sociologia do lazer nos mostra que o lazer também é produtivo, porque possui a sua relevância no que concerne à qualidade de vida. Nessa vertente produtiva, detectamos, na pesquisa de mestrado, que o projeto de assentamento Tarumã Mirim permite o “cultivo” de um produto que, se bem manipulado, não polui, não degrada, não contamina, proporciona subsistência para quem o “cultiva” e prazer para quem o consome, preserva o meio ambiente e valoriza a sustentabilidade: o lazer comercial naquele assentamento. Pesquisa etnográfica, coleta de dados pela observação participante evidenciou comprovações de que agricultura familiar e lazer podem gerar novas formas socioeconômicas, comercializando o renovar das emoções como uma mercadoria negociável, dentro de um projeto de assentamento, sem romper com as normatizações estipuladas pelo Estado.*

**Palavras-chave:** Assentamento rural. Preservação ambiental. Produtividade. Marketing ecológico.

---

<sup>3</sup>Alusão ao texto de Geertz, no qual ele descreve que uma piscadela possui diversas maneiras interpretativas, dependendo do contexto em que foi praticada: é uma insinuação, um tique nervoso, uma imitação...

<sup>4</sup>Os 13 alimentos que compõem a cesta básica brasileira são: carne, leite, feijão, arroz, farinha (de trigo), batata, legumes (tomate), pão, café, frutas (banana), açúcar, óleo e manteiga. Fonte: PASSOS, K. E. dos; BERNARDI, J. R.; MENDES, K. G. Ciência & Saúde Coletiva. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000501623](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000501623)>.

<sup>5</sup>Não há delimitação fixa para o tamanho dos lotes. No Tarumã Mirim, a área máxima é de quatro hectares, por estar classificada como pequena propriedade. Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em: Minifúndio (imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal); Pequena Propriedade (imóvel de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais); Média Propriedade (imóvel rural de área superior a quatro e com até quinze módulos fiscais); e Grande Propriedade (imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais). Fonte: BRASIL. INCRA. Classificação dos imóveis rurais. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>.

<sup>6</sup>Marx ilustra claramente essa transformação em um exemplo hipotético: quando o fiandeiro transforma 10 quilos de algodão em 10 quilos de fios, não ocorreu a morte dos 10 quilos de matéria sob a forma de algodão e o seu nascimento sob a forma de fios? E quando o tecelão transforma os fios em tecido, não ocorreu a mesma coisa que sucedera com a vida do algodão e a vida do fio? (MARX, 2014, p. 152) O linho não parecerá diferente do que era antes; nenhuma de suas fibras terá mudado, mas uma nova alma social, por assim dizer, ter-se-á deslizado em seu corpo (MARX, 2014, p. 70).

**ÁGUIDA MENESES VALADARES DEMÉTRIO**

Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2017); Especialização em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA (2013); Graduada em Ciências Contábeis - CIESA (2001); Experiência na área comercial (empresária no ramo de supermercado); Agente da Pastoral da Sobriedade (atuando em apoio a dependentes químicos e familiares); Escritora (7 obras publicadas sobre as consequências ao uso abusivo das drogas psicotrópicas); Palestrante (orientações sobre relacionamentos familiares).

**RITA MARIA DOS SANTOS PUGA BARBOSA**

Natural de Manaus-AM, Licenciada, Doutora e Pós doutora em Educação Física. Técnica em Atletismo; especialista em Administração Desportiva; Gerontóloga. Mestre em Ciência de Alimentos; e em Educação. Foi docente FEEF-UFAM 1984/2015; Docente credenciada no Programa de Pós-graduação de Sociedade Cultura da Amazônia-UFAM. Autora de livros em educação física gerontológica, imagem corporal, estilo de vida de adolescentes do Amazonas, empreendedorismo na educação física, história de educação física no Amazonas e atletismo

# Publish Research Article

## International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

### Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

### Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal  
258/34 Raviwar Peth Solapur-  
413005, Maharashtra  
Contact-9595359435

E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com